-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS –

De acordo com a Lei n.º 8.662/1993, julgue os itens a seguir, relativos às competências e às atribuições privativas do assistente social.

51 Constituem atribuições privativas do assistente social coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de serviço social.

52 O planejamento, a organização e a administração de benefícios sociais são atribuições privativas dos assistentes sociais, assim designados somente aqueles habilitados na forma da legislação vigente.

53 É uma das competências do assistente social planejar, organizar e administrar programas e projetos em unidade de serviço social.

Com base no Código de Ética Profissional do Assistente Social, julgue os itens seguintes.

54 É direito do profissional abster-se de utilizar, no exercício da profissão, seu número de registro no respectivo conselho regional.

55 É permitido ao assistente social intervir na prestação de serviços que estejam sendo efetuados por outro profissional quando se tratar de trabalho multiprofissional e a intervenção fizer parte da metodologia adotada.

56 Constitui dever do assistente social manter o sigilo profissional.

57 É direito do assistente social denunciar ao seu conselho regional qualquer forma de exercício irregular da profissão, bem como infrações a princípios e diretrizes do Código de Ética e da legislação profissional.

Acerca do movimento de reconceituação do serviço social no Brasil, julgue os próximos itens.

58 O movimento de reconceituação do serviço social marcou o início da interlocução do serviço social com diversas correntes teóricas, como a fenomenologia e o estruturalismo.

59 O movimento de reconceituação do serviço social, caracterizado pela contestação ao tradicionalismo profissional, provocou um questionamento acerca da profissão, de seus fundamentos teóricos, da direção social da prática profissional e de seu *modus operandi*.

60 Com o movimento de reconceituação, fortaleceu-se a homogeneidade de visões e práticas e, consequentemente, a não aceitação do pluralismo profissional.

61 O movimento de reconceituação foi marcado pelo desvelamento da dimensão política da ação profissional do assistente social, uma vez que a dimensão política é constitutiva da intervenção social.

No que se refere à formulação de projetos de intervenção profissional no âmbito do serviço social, julgue os itens que se seguem.

62 Para a elaboração de projetos de intervenção profissional, é importante conhecer quem são os cidadãos usuários dos serviços, como eles organizam seu modo de vida e quais expressões da questão social serão objeto de atendimento.

63 É preciso identificar as demais intervenções profissionais que compartilham e(ou) disputam espaço com o serviço social, para compreender a totalidade da proposta de trabalho que se estabelece em cada caso.

O projeto ético-político do serviço social constitui-se de um conjunto de princípios e documentações, que direcionam a prática dos assistentes sociais nos mais diversificados espaços sócio-ocupacionais. No que concerne à construção do projeto ético-político do serviço social, julgue os itens subsequentes.

64 O projeto ético-político do serviço social foi elaborado por um sujeito coletivo — a própria categoria profissional —, sendo necessária a organização do corpo profissional, visto que ele é formado por indivíduos diferentes e compõe uma unidade não homogênea.

65 Foi em um momento de mudança de paradigmas, reformulação técnico-operativa e reposicionamento do objeto de intervenção do serviço social que se deu a elaboração do projeto ético-político do serviço social.

A respeito das atribuições do assistente social no contexto do redimensionamento da profissão frente às transformações societárias, julgue os itens subsecutivos.

66 Em contextos de desmonte e precarização das políticas e dos serviços sociais, o assistente social pode ser solicitado a realizar uma intervenção assistencial, emergencial e tecnicista, abordagem que ratifica as formulações do projeto ético-político profissional.

67 Em contextos de transformação social, novas tarefas se agregam às tradicionais atribuições do assistente social, tendência que tem sido chamada de multifuncionalidade.

Acerca da questão social, da política social e da dimensão técnico-operativa do serviço social, julgue os itens a seguir.

68 As reflexões acerca dos movimentos sociais, em particular aqueles que surgiram entre 1970 e o início dos anos 1980, isto é, no contexto da ditadura militar no Brasil, se fortaleceram no âmbito do serviço social, mesmo com o advento do neoliberalismo na década de 90 do século passado.

69 A expressão questão social surgiu para dar conta do fenômeno do pauperismo, observado na Europa Ocidental no período pós-Revolução Industrial.

70 Há um vínculo estrutural entre a constituição das políticas sociais no Brasil e o surgimento do serviço social enquanto profissão no contexto da divisão social e técnica do trabalho.

71 O trabalho com grupos no serviço social busca deslocar para o âmbito da coletivização questões que são usualmente individualizadas.

72 No serviço social, o trabalho com grupos tem uma dimensão pedagógica, em que o educador atua na perspectiva de ampliar a visão de mundo dos componentes do grupo, considerando o conhecimento acumulado deles.

O conceito de família — especialmente do núcleo familiar, formado por laços mais próximos — tem uma série de implicações jurídicas, repercutindo em questões como legitimidade na sucessão, direitos previdenciários e a ideia de bem de família para efeito de impenhorabilidade. Em vários desses temas, coube ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) se manifestar a respeito da amplitude dos laços familiares e, em especial, sobre os seus efeitos.

Internet: <www.stj.jus.br> (com adaptações).

Com relação às concepções atuais de família, julgue os seguintes itens.

73 Família anaparental é aquela na qual o grupo familiar não possui pais, mas apenas parentes colaterais, como irmãos.

74 O conceito de família deve ser balizado, sobretudo, pelo princípio da consanguinidade, que fundamenta o direito de família na estabilidade das relações hereditárias, com primazia destas sobre as considerações de caráter patrimonial.

A respeito da interdisciplinaridade e da atuação do assistente social em equipe multiprofissional, julgue os itens que se seguem.

75 No âmbito do trabalho multiprofissional, é dever do assistente social intervir, em qualquer circunstância, na prestação de serviços que estejam sendo efetuados por outro profissional.

76 A interdisciplinaridade é um regime de copropriedade e de interação, que viabiliza diálogo entre os atores envolvidos.

Julgue os próximos itens, relativos à avaliação biopsicossocial.

77 A avaliação biopsicossocial da deficiência passará a ser oficialmente realizada por meio do Instrumento de Funcionalidade Brasileiro Modificado (IFBrM), o qual possibilitará uma análise integral e padronizada, bem como caracterizará a natureza do impedimento e seu grau de gravidade.

78 Em conformidade com os princípios da Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), a nova proposta de avaliação biopsicossocial unificada da deficiência considera a interação entre as barreiras sociais e ambientais e os impedimentos corporais de curto prazo que restringem a participação social das pessoas com deficiência.

Julgue os seguintes itens, com base na Lei n.º 8.742/1993, que dispõe sobre a organização da assistência social, na Lei n.º 8.080/1990 (Lei Orgânica da Saúde) e na Lei n.º 8.212/1991, que trata da organização da seguridade social.

79 A Lei n.º 8.742/1993 estabelece a universalização dos direitos sociais e o equilíbrio entre as exigências de rentabilidade econômica e o atendimento às necessidades sociais.

80 A Lei n.º 8.742/1993 dispõe que o benefício de prestação continuada (BPC) tem caráter vitalício para os dependentes de beneficiário falecido, salvo se for identificada qualquer irregularidade e inconsistência em sua concessão.

81 A Lei Orgânica da Saúde institui o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena e prevê a oferta de ações e serviços de saúde voltados às populações indígenas em todo o território brasileiro, por meio da modalidade individual ou coletiva.

82 A Lei Orgânica da Saúde prevê que, para fins de garantia da cobertura assistencial à população usuária do SUS, é cabível o estabelecimento de contratos para formalizar a participação de serviços privados em caráter complementar, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

83 Segundo a Lei n.º 8.212/1991, a previdência social tem como finalidade assegurar aos seus beneficiários meios imprescindíveis de manutenção, sendo o desemprego involuntário e os encargos de família alguns dos motivos elencados em rol taxativo da citada lei.

84 A Lei n.º 8.212/1991 define empregador doméstico como a família ou o indivíduo que admite a seu serviço exclusivo, com ou sem finalidade lucrativa, uma pessoa como empregada doméstica.

Considerando a Política Nacional de Saúde Mental, julgue os itens subsequentes.

85 As diretrizes para o funcionamento da rede de atenção psicossocial incluem a diversificação das estratégias de cuidado e a promoção da autonomia a partir da implementação de atividades no território que estimulem a inclusão social.

86 A internação psiquiátrica compulsória está condicionada a determinação judicial, enquanto a internação involuntária se efetiva a pedido de terceiro, não sendo precedida de consentimento do usuário.

Julgue os itens a seguir, relativos à intervenção do serviço social na área da saúde do trabalhador, ao sofrimento e a doenças mentais relacionadas ao trabalho, e aos exames médicos periódicos.

87 A atuação do assistente social na área da saúde do trabalhador tem natureza unidimensional, embora se possa adotar a teoria social crítica para mediação da realidade, que vai além das categorias saúde e trabalho.

88 No escopo de sua atuação na área saúde do trabalhador, o assistente social deve manter-se imune aos efeitos oriundos das contradições produzidas na ofensiva do capital sobre os trabalhadores.

89 A atuação dos assistentes sociais nos espaços sócio-ocupacionais relacionados à saúde do trabalhador requer o mapeamento de programas interligados à seguridade social.

90 O trabalhador uberizado, em decorrência de sua autonomia para gerir com flexibilidade a carga horária de trabalho e do amplo acesso a estratégias saudáveis para enfrentar os desafios psicossociais inerentes à atividade laboral, tem menor propensão a adoecimentos tais como depressão e *burnout*.

91 O conceito de desgaste operário está correlacionado à formulação da compreensão de desgaste mental no trabalho e ao materialismo dialético.

92 Os exames periódicos oportunizam a identificação precoce de doença crônica não transmissível (DCNT) em homens, bem como possibilita o estabelecimento de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde dos trabalhadores.

Com fundamento na Lei n.º 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), julgue os itens subsequentes.

93 A identificação de perigos iminentes para as vítimas de violência doméstica ou familiar amparadas por medidas protetivas pode ensejar o uso de dispositivos de segurança para o monitoramento delas, cujos custos deverão ser ressarcidos pelo agressor, não podendo haver ônus de qualquer espécie para o patrimônio da mulher ou de seus dependentes.

94 É assegurada à mulher em situação de violência doméstica e familiar a retirada dos pertences do local da ocorrência ou do domicílio familiar somente após a concessão judicial das medidas protetivas de urgência.

Considerando as disposições do Estatuto da Pessoa com Deficiência, julgue os itens a seguir.

95 É dever do Estado, da sociedade e da família assegurar à pessoa com deficiência, com prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à sexualidade, à acessibilidade, à cultura, ao desporto, entre outros.

96 A pessoa com deficiência tem a liberdade de optar pela fruição de benefícios previstos em ações afirmativas destinadas a assegurar a igualdade de oportunidades.

97 À pessoa com deficiência internada ou em observação em unidade hospitalar é facultado o direito a acompanhante ou atendente pessoal, podendo a instituição de saúde justificar verbalmente a negativa desse acompanhamento no caso de limitações de espaço ou de recursos.

98 Enquanto o serviço público de saúde tem o dever de assegurar às pessoas com deficiência a remoção de barreiras arquitetônicas e de comunicação conforme determinado pela legislação em vigor, os serviços privados podem adotar critérios próprios para a adaptação de seus espaços.

99 Tanto o direito ao trabalho quanto o direito à educação para a pessoa com deficiência pressupõem articulação intersetorial de políticas públicas.

Com base na Lei Complementar n.º 142/2013, que regulamenta a concessão de aposentadoria à pessoa com deficiência segurada do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), julgue os itens seguintes.

100 Parte dos requisitos legais para a concessão de aposentadoria por tempo de contribuição à pessoa com deficiência segurada do RGPS leva em consideração o grau de deficiência.

101 O tempo de contribuição na condição de segurado com deficiência em período anterior à vigência da citada lei pode ser comprovado por testemunhas, sem necessidade de avaliação formal.

102 A renda mensal da aposentadoria devida ao segurado com deficiência será de, no máximo, 70% do salário de benefício, definida conforme o grau da deficiência.

103 A data provável do início da deficiência deve ser fixada obrigatoriamente na primeira avaliação realizada para comprovação da condição de segurado com deficiência.

De acordo com a Lei n.º 12.764/2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, julgue os itens a seguir.

104 O conceito de pessoa com transtorno do espectro autista estabelecido na referida lei inclui a pessoa portadora de síndrome clínica caracterizada por: padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos.

105 É direito da pessoa com transtorno do espectro autista o acesso a ações e serviços de saúde que ofertem nutrição adequada e terapia nutricional.

106 No ensino regular, a pessoa com transtorno do espectro autista, desde que matriculada em escola especializada, terá direito a acompanhante familiar, devendo comprovar a sua necessidade.

Consoante a Lei n.º 7.853/1989, julgue os próximos itens.

107 A citada lei assegura a matrícula obrigatória de pessoas com deficiência com capacidade de integração ao sistema regular de ensino em cursos regulares de instituições públicas e privadas.

108 Medidas judiciais voltadas à proteção dos direitos da pessoa com deficiência podem ser propostas pelo Ministério Público, por entidades da administração pública direta e por associações civis regularmente constituídas, desde que disponham de autorização legislativa específica para atuar judicialmente em nome coletivo.

109 A oferta da educação especial em estabelecimento público de ensino é obrigatória e gratuita.

Julgue os itens seguintes, em relação a definições contidas no Decreto federal n.º 3.298/1999.

110 Define-se como deficiência permanente aquela ocorrida ou estabilizada durante um período de tempo suficiente para impossibilitar recuperação ou probabilidade de que se altere, apesar de novos tratamentos.

111 O conceito de incapacidade previsto no citado decreto está associado a uma limitação funcional do indivíduo, sem relação direta com a necessidade de recursos específicos para comunicação ou integração social.

A respeito da questão social, de políticas e direitos sociais, e da dimensão técnico-operativa do serviço social, julgue os itens a seguir.

112 No Brasil, a denominada Era Vargas é um marco sócio-histórico da política social, uma vez que possibilitou a implementação do projeto da seguridade social direcionado para equidade, gestão democrática e justiça social.

113 O acolhimento social é um dos instrumentos indiretos de intervenção profissional que o assistente social poderá adotar para fins de apreensão de determinada situação ou expressão da questão social.

114 A operacionalização do benefício de prestação continuada (BPC), incluindo requerimento, concessão (liberação do benefício) e manutenção (continuidade do pagamento do benefício), compete ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), autarquia federal vinculada ao Ministério da Previdência Social.

115 A realização de estudos socioeconômicos com participação de usuários para fins de elegibilidade aos benefícios e serviços sociais junto a órgãos públicos é uma competência do assistente social, e as perícias técnicas sobre matéria de serviço social são atribuição privativa dessa categoria profissional.

116 No contexto da pandemia de COVID-19, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) manifestou-se a favor da viabilidade de realização da avaliação social, em formato remoto, para fins de concessão do benefício de prestação continuada (BPC) a pessoas com deficiência, tendo em vista que essa modalidade de teleavaliação estava em consonância com a legislação da profissão, em especial o Código de Ética Profissional do(a) Assistente Social.

117 Para fins de elegibilidade para o benefício de prestação continuada (BPC), a pessoa com deficiência, após aprovação na avaliação biopsicossocial da deficiência, deve comprovar, por meio de documentos, ter idade igual ou superior a dezoito anos e possuir renda familiar *per capita* de até 1/4 do salário mínimo vigente.

118 A pessoa com deficiência não poderá cumular o benefício de prestação continuada (BPC) com remuneração advinda de contrato de aprendizagem.

119 Para fins de reconhecimento do direito ao benefício de prestação continuada (BPC), considera-se idoso aquele com idade de 65 anos ou mais.

120 A Lei Orgânica da Saúde foi alterada em 2023 para ampliar o direito da mulher de ter acompanhante nos atendimentos realizados em serviços de saúde públicos e privados.

Espaço livre